

Acessibilidade Cultural como garantia do direito à cultura

Cultural Accessibility as a guarantee of the right to culture

La accesibilidad cultural como garantía del derecho a la cultura



Maria Helena Carmo

- Docente do Centro Universitário Hélio Alonso (Unifacha).
- Professora convidada e Pesquisadora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Mestre em Comunicação e Cultural pela ECO-UFRJ.
- E-mail: maria.helena@facha.edu.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3562-7677>



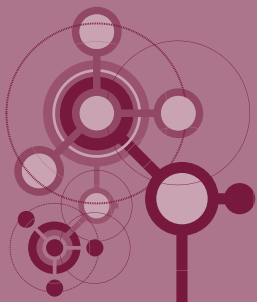
Luiz Alberto de Farias

- Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP).
- Comunicador Social – Relações Públicas e Jornalista.
- E-mail: lafarias@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3642-4780>



Ricardo Ferreira Freitas

- Doutor em Sociologia pela Université Paris-Descartes.
- Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ.
- Bolsista CNPq (PQ2) e Faperj (Cientista do Nosso Estado).
- E-mail: rf0360@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4486-763X>



Valéria de Siqueira Castro Lopes

- Livre Docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.
- Docente do Bacharelado de Relações Públicas da ECA-USP.
- E-mail: valeriacaastro@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7537-9543>



Renata Aglai

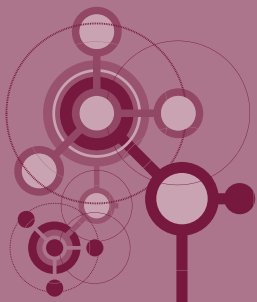
- Diretora de Acessibilidade Cultural da Secretaria Municipal das Culturas de Niterói.
- Mestre em Diversidade e Inclusão (Universidade Federal Fluminense).
- Especialização em Acessibilidade Cultural (Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Jornalista e Cientista Social.
- E-mail: renataaglai@gmail.com

Desde uma escada mal projetada, a falta de um assento preferencial, um sistema de distribuição de ingressos que possa permitir fácil acesso a pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida, até mesmo um show que possa pensar nos diferentes perfis de pessoas que o assistem, tudo isso faz parte do pensar a inclusão. Para muitos, isso não sensibiliza e, exatamente por isso, alguns profissionais da área de eventos e cultura passam a construir um processo de educação e de disseminação sobre as melhores práticas que levem a uma cultura na qual todas as etapas de um evento possam ser planejadas para considerar as diferenças e a necessidade de enxergar o outro e torná-lo acessível.

A partir de uma larga experiência no campo da cultura, Renata Aglai fala à *Organicom* sobre um aspecto que ainda tem uma longa jornada à frente: acessibilidade aos eventos, acessibilidade à cultura. Em um país em que ainda há tanto para se discutir sobre o acesso de diferentes grupos, a entrevistada se dedica a aprimorar o seu olhar e a educar os envolvidos em eventos e cultura sobre a importância do olhar sobre o outro, sobre as diferenças. Foi com esse espírito que conversamos remotamente sobre a realidade legal e cultural e sobre como é fundamental conjugar o verbo incluir.

ORGANICOM – Falar em acessibilidade implica refletir sobre diversidade e inclusão. Como você vê a acessibilidade, mais especificamente a acessibilidade cultural?

RENATA AGLAI – Então, há dois marcos nesse processo no Brasil: a Constituição de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015. A LBI pontua vários direitos manifestos em nossa Constituição, como o direito das pessoas com deficiência à saúde, à educação e também à cultura. A LBI trouxe a necessidade de acessibilizar produtos culturais para que as pessoas possam usufruir desses produtos, ir a um espetáculo com Libras, a uma exposição com uma réplica tátil. No início, foi um



processo mais nas capitais, e observamos que, mais recentemente, está começando nas cidades menores. Nas capitais, estamos em outro momento: protagonismo das pessoas com deficiência e a valorização de artistas da cultura def (cultura deficiência). O movimento da cultura def vem crescendo. Termo criado pela pesquisadora do Rio Grande do Norte, Ana Carolina Bezerra Teixeira, é uma forma de cultura que reconhece e valoriza a experiência, o conhecimento e a expressão artística das pessoas com deficiência.

ORGANICOM – *Então, podemos entender que existe hoje uma transição de um confinamento cultural das pessoas para um processo de participação, mesmo que passiva, para uma evolução de interação e efetivação ativa. Em que momento isso ocorre e qual a perspectiva desse movimento, na sua opinião?*

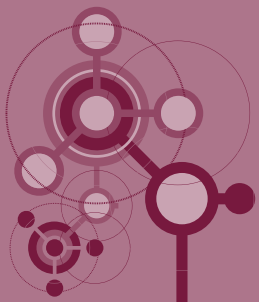
RENATA AGLAI – Há dois anos percebo esse reconhecimento do movimento artístico def no Brasil para incluir os produtos culturais de artistas def no mercado cultural. Temos vários filmes, cineastas, atores, peças teatrais. Por exemplo, a bailarina e atriz Moira Braga Sales, deficiente visual, vem se destacando em diversas atividades, por exemplo, como preparadora de elenco da novela *Todas as Flores*, que tem como protagonista uma mulher cega, e como professora da Faculdade Angel Vianna, no Rio de Janeiro. Em 2023, o Itaú Cultural lançou o “Mapeamento Acessa Mais: pelo reconhecimento das pessoas com deficiência na arte”, em parceria com a Universidade Federal da Bahia e o Ministério da Cultura, sobre a produção criativa de PcDs no Brasil. Também em 2024, a TV Globo exibiu o especial *Falas de Acesso* para marcar o Dia de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro). Formado por um grupo diverso, o programa permitiu que pessoas sem deficiência sentissem ações cotidianas que pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia. Essa iniciativa contou com consultores em deficiência do movimento da cultura def, além de oferecer audiodescrição e Libras. Outro ponto importante: os editais de fomento, de uns três anos para cá, já incluem a cota de pessoa com deficiência, aumentando, cada vez mais, a visibilidade de produções de pessoas com deficiência pelo país.

ORGANICOM – *Como os gestores públicos e privados vêm enfrentando esses desafios, o de tornar espaços e produtos mais acessíveis?*

RENATA AGLAI – Toda lei sofre um processo de reconhecimento, primeiro do legislativo, depois do executivo, até chegar à ponta. Em 2009, uma lei federal instituiu a obrigatoriedade de que todas as edificações e/ou instalações novas ou existentes sejam adequadas para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e foi ampliada em 2018. É a arquitetura acessível. Mas muitos prédios antigos ainda não se adequaram. Há alguns anos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconhece a necessidade de esses espaços serem acessíveis, mas esbarra no orçamento e em entraves burocráticos. Então, as pessoas reconhecem muito os seus direitos, questionam muito, vão para a plataforma do governo, reclamam. No Rio de Janeiro, já tivemos casos de bens que foram acionados pela Justiça em virtude da falta de acessibilidade e ficaram fechados por mais de um ano. As pessoas estão, cada vez mais, conscientes. Por exemplo, elas visitam uma exposição e reclamam que ficou faltando isto ou aquilo. Mas é difícil ter acessibilidade plena. Devido ao nosso grau de diversidade humana, principalmente nas questões com deficiência, não existe acessibilidade plena. Sempre vai haver uma lacuna na especificidade de um consumidor da cultura. Mas o importante é viabilizar o acesso.

ORGANICOM – *Como você conceituaria inclusão cultural?*

RENATA AGLAI – É a promoção da igualdade de acesso e participação em atividades culturais para todas as pessoas. Romeu Sassaki, pioneiro na inclusão, identificou seis dimensões da acessibilidade: metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas);

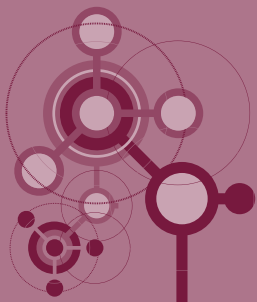


instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios); arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação, ou seja, incluir audiodescrição, publicidade inclusiva, por exemplo); e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos). Na minha opinião, a inclusão cultural tem que partir do princípio atitudinal sempre, porque é preciso ter uma equipe capacitada em um evento para que uma pessoa com deficiência usufrua do bem cultural ou difunda o seu produto. Na Diretoria de Cidadania, Diversidade e Territórios de Niterói, estamos mapeando artistas e produtores com deficiência na cidade para potencializar o trabalho deles e assessorá-los na inscrição em editais. Também precisamos que as equipes de espaços públicos estejam treinadas para lidar com a diversidade de pessoas com deficiência, principalmente aquelas com transtornos do espectro autista. No caso dos gestores culturais, se o espaço físico ainda não está adaptado, o que pode ser feito? Qual tecnologia assistiva pode ser utilizada para promover a autonomia de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida? Os gestores precisam desenvolver essa acessibilidade atitudinal, estarem abertos a pesquisar, a estudar, a pensar em soluções viáveis para que não inviabilizem o acesso de pessoas com deficiência ao local. Como as pessoas vão chegar ao evento, ao teatro? Se a calçada está toda esburacada, de quem é a responsabilidade? É do poder público ou da iniciativa própria? É preciso tentar resolver, porque são vários problemas básicos até chegar ao produto cultural. As pessoas com deficiência estão nas ruas, reivindicam a calçada, a eliminação de barreiras urbanísticas e outras. É difícil garantir a acessibilidade plena aos bens e aos produtos culturais, porque temos um espectro diverso para atender. Mas precisamos viabilizar, cada vez mais, a acessibilidade aos espaços culturais.

ORGANICOM – *Do ponto de vista de referência, você pode citar algum caso nacional ou internacional em acessibilidade cultural?*

RENATA AGLAI – Não é uma resposta fácil. Se quem trabalha e estuda acessibilidade há algum tempo não identifica um país ou uma legislação que seja mais inclusiva, parece que dependemos muito do setor público, de políticas públicas e de editais que fomentem a acessibilidade. Pontualmente, lembramos de alguns exemplos. Na programação do Festival de Curitiba, nas edições de 2024 e 2025, houve a Mostra Surda de Teatro, inclusive com stand-up. No Rio de Janeiro, em abril de 2025, aconteceu o Deaf's Festival, um evento voltado para a comunidade surda, com embaixador surdo da área da saúde e um serviço de emergência acessível. No teatro, ainda é um desafio. Como incorporar os intérpretes às peças? Ou incluir alguns intérpretes, que são atores, no elenco da peça? Seria uma outra visão estética da acessibilidade na cultura. No ano passado, em Niterói, conseguimos colocar uma residência fixa de teatro para pessoas com deficiência no Teatro Popular Oscar Niemeyer e, em 2024 e 2025, no mesmo teatro, foi realizado o "Festival Din Down Down 2025: A Desinvenção da Deficiência", realizado pelo Instituto Gingas, para celebrar a inclusão e a diversidade com atividades para toda a família. Também em Niterói, no Carnaval de 2025, pela primeira vez tivemos um bloco, o Percussomos do Amor, com samba-enredo sobre capacitismo, um puxador com deficiência física, tradução em Libras e audiodescrição no dia do desfile, garantindo acessibilidade e fortalecendo o protagonismo na cultura popular. No cenário internacional, por exemplo, há DJs PcDs e mochilas vibratórias para surdos (alguns eventos já disponibilizam essa tecnologia no Brasil). Apesar de já existir muita tecnologia, as ações têm sido bem pontuais. Infelizmente, em grandes shows aqui no país, até planejam uma área de PcD para cumprir cotas de editais, mas sem estrutura alguma, sem a possibilidade de a pessoa com deficiência se deslocar em caso de chuva, por exemplo. Não é simplesmente projetar uma área PcD, convidar as pessoas e pronto, o evento é acessível. Resumindo: se não for contemplada no edital, se o projeto não for sujeito a uma lei de incentivo, a uma política pública, a acessibilidade cultural não se viabiliza. E, quando isso acontece, ainda é mais um atendimento a um regramento, a uma exigência do edital. E ainda é rara a contratação de profissionais com deficiência para pensar a logística do evento.

ORGANICOM – *Como você avalia as oportunidades para a formação em acessibilidade?*



RENATA AGLAI – É preciso ter profissionais com formação em acessibilidade, seja nos espaços promotores de cultura, seja nas frentes políticas de cultura, para sempre pontuar a importância da acessibilidade cultural e esta ser realmente uma questão de política pública (se não, parece mais um problema a ser resolvido em virtude de um edital, de uma lei de fomento). Por isso, é importante que universidades, instituições públicas de ensino e o Ministério da Cultura continuem oferecendo cursos, porque, só a partir dessas formações, é possível ir “plantando a semente” da acessibilidade no poder público e na produção cultural. É incrível que ainda tenhamos cursos de produção cultural que não disponibilizem, na grade de disciplinas, acessibilidade cultural. O SESC São Paulo, desde 2024, oferece o curso online “Acessibilidade para a gestão cultural: teorias e práticas anticapacitistas”, voltado para a qualificação de gestores da área cultural, educadores, artistas, fornecedores de recursos de acessibilidade, pessoas com e sem deficiência que atuam na área. Uma luta anticapacitista, para uma sociedade cada vez mais justa e inclusiva, passa por uma formação continuada.

Artigo recebido em 06/05/2025 e aprovado em 06/05/2025.